

# terá mudanças Constituição atual não

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O regimento interno permanente da Assembleia Nacional Constituinte não vai incluir nenhum dispositivo que permita alterações na atual Constituição — antes da promulgação da nova Carta — usando o quórum de maioria absoluta, como querem deputados do PMDB identificados como grupo "xilite". Foi o que assegurou o relator do regimento, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, para quem a questão de soberania não pode ser decidida "por um regimento de regras adjetivas".

Fernando Henrique negou pressões internas do PMDB ou da área governamental para que rejeite as emendas propostas por constituintes pretendendo a revogação do chamado "entulho autoritário" — leis de exceção ainda mantidas na Constituição.

O senador revelou que houve ponderações de que não se pode colocar no regimento uma matéria que foge a toda a tradição constitucional.

Segundo o líder do PMDB, não

existe nenhuma lei que autorize a Assembleia Nacional Constituinte a mudar a atual Constituição antes da promulgação de uma nova Carta, pelo quórum de maioria absoluta. "A Constituição só pode ser mudada pelo Congresso Nacional e pelo quórum de dois terços" — advertiu o relator das emendas ao regimento.

SOBERANIA

Fernando Henrique disse que as medidas de emergência, sempre citadas como um constrangimento ao trabalho da Constituinte, não serão acionadas; logo não haverá constrangimento, porque há "uma condição política que vai garantir que elas não valem, que não serão usadas. Nós somos maioria (PMDB e PFL) e podemos garantir isso. Além do mais, a soberania é limitada lado a lado, o que nos garante que não haverá constrangimentos: não podemos ser presos, por exemplo" — afirmou o relator.

A questão da soberania, segundo o senador paulista, é bem diferente do enfoque dado a ela pelo grupo "xilite": soberano, para Fernando Henrique, "é o povo, que nos delegou

poderes nos elegendo deputados e senadores e constituintes ao mesmo tempo, e se a Constituinte é livre e soberana é porque ela tem normas, senão seria o despotismo, o arbítrio".

A proposta de referendo popular total ou parcial à nova Constituição também é um tema acolhido parcialmente por Fernando Henrique. Ele pretende fazer uma recomendação à presidência da Constituinte para que o referendo seja discutido, avaliado e até mesmo aprovado pela comissão de sistematização (ou redação), uma das nove comissões constitucionais temáticas — número a que chegou depois de reunião, no domingo à noite, com Ulysses Guimarães, Frisco Viana, Pimenta da Veiga, Luiz Henrique (novo líder do PMDB) e Carlos Sant'Anna (líder do governo e da maioria na Câmara). O senador paulista entende que o referendo não é matéria regimental, mas constitucional, e portanto deve ser decidida por uma comissão constitucional.

Pessoalmente favorável ao referendo, Fernando Henrique Cardoso disse que está amadurecendo a idéia de que o referendo seja feito a temas — e não para toda a Constituição —

que não tenham obtido aprovação de pelo menos dois quintos da Constituinte, que seriam, então, colocados para decisão popular sob duas formas: a aprovada pela Constituinte e a rejeitada.

RÁDIO E TV

A divulgação diária dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte por rádio e televisão ainda não foi fixada pelo relator do regimento interno que tem em mãos 78 emendas específicas sobre o assunto. Dentre elas, a que propõe menos tempo fala em cinco minutos em horário nobre e noturno.

Isso foi o que Fernando Henrique disse a representantes da Abert (Associação Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão). Depois, aos repórteres, o senador disse que a Abert está assustada com o que pode acontecer, mas declarou: "O problema não é o que a Abert está pensando, mas como vou fazer para atingir o objetivo de divulgar os trabalhos da Constituinte". O líder peemedebista disse ainda que, se a Abert resolver pressionar, os constituintes têm um poder bem maior de pressão.



CONSTITUINTE

## Constituintes limitarão ação do Congresso

Na Constituinte, 85% dos deputados são favoráveis ao funcionamento da Câmara e do Senado apenas em caráter excepcional. Isto é, já está sendo absorvida a idéia de que as duas Casas não devem exercer atividades ordinárias, segundo avaliação feita ontem pelo líder da maioria e do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) ao sair da audiência com o presidente Sarney.

Hoje à noite, Sant'Anna disse que se reunirá com o grupo pró-soberania, para consolidar idéias. O récesso ordinário do Congresso, segundo o deputado adiantou ontem, já seria uma idéia absorvida na Câmara. Desse modo, as duas Casas só se reunirão a critério das duas Mesas diretoras, que avaliarão as questões de alta relevância que deveriam ser levadas a exame da Câmara e do Senado.

O presidente Sarney está ciente dessa tendência na Constituinte, segundo afirmou Sant'Anna, argumentando, contudo, que não iria revelar os assuntos tratados na audiência com o chefe da Nação.

Quando ao apelo do PTB ao governo, Sant'Anna disse que está aguardando uma decisão interna do partido e o encontro que seus integrantes terão com o presidente Sarney, depois de amanhã, para conversar sobre o assunto. Hoje, afirmou que visitará a liderança petebista, mas será apenas contato protocolar.



Carlos Sant'Anna

## Delfim apóia o regime parlamentar

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) disse ontem que o parlamentarismo é o futuro do Brasil. Segundo ele, o presidencialismo é uma coisa que funciona mais ou menos bem quando o sistema bipartidário é capaz de representar todas as forças políticas. "E o Brasil me parece um país que precisa de mais de dois partidos; talvez quatro ou cinco para que todos estejam representados. Assim sendo, é muito difícil ter um sistema presidencialista funcionando adequadamente com cinco partidos, por isso, nesse caso, é preferível o parlamentarismo."

Delfim disse que é preciso dar ao presidente da República a capacidade de dissolver o Congresso, para não se constituir no Brasil o parlamentarismo "fajuto" do passado, como está sendo proposto atualmente. "A única força que mantém o parlamentarismo funcionando é a possibilidade de o presidente, quando vê que não tem como compor, dissolver o Congresso e pedir que a Nação escolha uma nova estrutura de forças. Precisamos construir um sistema parlamentarista no Brasil, que nada impede de se ter um presidente perfeitamente durante seis anos." Para o deputado pedessista, uma democracia só é estável com um regime eleitoral adequado.

## Líder declara-se desinformado

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Se o governo está efetivamente elaborando novo pacote econômico, planejando decretar a moratória como forma de equacionar o problema da dívida externa, ou o presidente José Sarney preparando a reforma ministerial, as medidas ainda não chegaram oficialmente ao novo líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, que somente hoje vai avistar-se com o chefe do Executivo. Antem, o deputado catarinense explicou à imprensa não ter informações a respeito desses assuntos e considerou "perfeitamente" normal que o líder da maioria na Casa, Carlos Sant'Anna, esteja se reunindo com os ministros da área para discutir a crise econômica.

Luiz Henrique previu que terá bom relacionamento com a liderança da maioria, observando que as duas funções são complementares. Ele explicou que o deputado Carlos Sant'Anna mantém entendimentos com os parlamentares em nome do governo, enquanto a sua tarefa é levar essas questões à bancada e, depois, transmitir ao Executivo a posição dos peemedebistas.

Apesar de não dispor de nenhuma informação sobre as questões mais importantes da atualidade, o líder peemedebista disse estar certo de que o governo não adotará nenhuma medida importante no setor econômico sem conhecimento prévio com o PMDB, ou integração plena com o partido. Luiz Henrique adiantou que, no próximo dia 25, o ministro Dilson Fumaro comparecerá a uma reunião da bancada para discutir os problemas econômicos que afec-

tam a vida do País, o que será incluído numa pauta de discussões.

"A bancada, — frisou o líder —, tem sua vivência e poderá ser copiosa na apresentação de alternativas. Durante 21 anos fomos competentes no exercício da oposição e conseguimos destruir o regime autoritário sem um só tiro. Agora, somos poder e co-responsáveis. Portanto, devemos buscar alternativas sem perder nossa condição de crítica construtiva."

Indagado sobre o que sabia a respeito da anunciada disposição do governo de decretar a moratória, Luiz Henrique afirmou não ter ainda o governo definidas opções. Contudo, lembrou que, em seu discurso logo depois de ter sido eleito líder, defendeu o poder de retaliação do Brasil para obter uma negociação razoável sobre a dívida externa. Quanto à reforma ministerial, garantiu não estar na ordem do dia e desconhecer o conteúdo das medidas econômicas que estão por ser adotadas.



Alecar Monteiro

Henrique não terá problemas de convivência com Sant'Anna

## Ulysses pede presença de todos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães apelou, ontem, aos constituintes para que permaneçam em Brasília, no próximo final de semana, porque serão realizadas sessões extraordinárias sábado e domingo, possivelmente de manhã até à noite, para discussão e votação do projeto de regimento interno da Assembleia.

O projeto recebeu nada menos que 994 emendas, que estão sendo examinadas pelo relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP). Os deputados Adolpho Oliveira (PL/RJ) e Jorge Arbage (PDS/PA) foram os campeões das emendas. Ficaram empatados com 46 cada um, seguidos de Nilson Gibson (PMDB/PE), com 35 e Oscar Correa (PFL/MG), com 31.

Enquanto não são elaboradas as normas definitivas, as sessões da Constituinte continuam funcionando como um grande "pinga-fofo", apenas com discursos de cinco minutos, sem apertes — portanto, sem debates.

Ontem, foi mais um dia de sessão fraca. E como em todos os dias anteriores, ela começou com meia hora de atraso, porque o senador Fábio Lucena estava a postos, no plenário, para reclamar o cumprimento das



Alecar Monteiro

Ulysses quer que fiquem

normas provisórias, que exigem a presença mínima de 94 constituintes para a abertura dos trabalhos. Mais

## Diretas 120 dias depois da Carta, apela senador

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB precisa apoiar minha proposição, caso contrário poderá ser ultrapassado pelo PFL e pelo PDT na sucessão presidencial, comentou ontem o senador Ruy Bacellar (PMDB-BA), autor da proposta para realização de eleição direta para a Presidência da República 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Segundo Bacellar, a antecipação da eleição presidencial será irreversível e o PFL e o PDT já têm seus candidatos para essa eventualidade, que serão o ministro Aureliano Chaves e o governador Leonel Brizola.

O senador balano acha que a eleição do sucessor do presidente Sarney será antecipada não apenas porque o desempenho do governo está ruim e a crise econômica aumenta a insatisfação na área política e social, mas também porque seria uma boa oportunidade para encerrar o ciclo do autoritarismo e da transição, a partir da nova Carta Magna. Ruy Bacellar acha que o Palácio do Planalto não gostou de sua proposição, e diz que não ouviu palavras de apoio do presidente do PMDB, Ulysses Gui-

marães, embora considerando que ele deve ser interessado no assunto. Se o PMDB não encarar objetivamente o problema acabará ajudando Aureliano e Brizola, observou o senador Ruy Bacellar.

A emenda Bacellar poderá beneficiar o candidato natural do partido à sucessão de Sarney, deputado Ulysses Guimarães, segundo acredita o autor da emenda.

Ruy Bacellar pretende discutir sua proposta com Ulysses Guimarães, mas já sabe que no seu partido a maioria defende mandato de quatro anos — com eleições em 1989.

Marco zero

O senador Itamar Franco (PL-MG) afirmou que a emenda Bacellar está incompleta. Para o senador mineiro, deveria ser mais abrangente, marcando eleições gerais 120 ou 180 dias após a promulgação da nova Constituição. "De que adianta promulgar logo a Constituição, se o atual Congresso, depois disso, poderá mudar o que desejar?" — observou Itamar Franco. Para ele, com nova Carta deveria haver novos mandatos, partindo do marco zero.

uma vez, ele recorreu a citações para fundamentar seu pedido. Já citou Rui Barbosa e Vieira. Ontem, lançou mão de Pero Vaz de Caminha, que pedira ao rei que salvasse "essa gente", referindo-se aos índios. "Ele se dirigiu ao rei, eu me dirigi a vossa — disse, dirigindo-se a Ulysses Guimarães — salve a gente brasileira, fazendo cumprir o regimento."

CONSTITUIÇÕES

O Partido da Frente Liberal abre hoje um seminário sobre as Constituições brasileiras, com a participação de renomados mestres de Direito Constitucional, como o ex-senador Josaphat Marinho, da Universidade de Brasília, e Paulo Bonavides, da Universidade Federal do Ceará.

O seminário, que terá lugar no Instituto Tancredo Neves, está aberto a todos os interessados e vai até quinta-feira, das 9 às 12 horas, diariamente. Entre os expositores estão o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, da USP; Cláudio Pacheco, que integrou a Comissão de Estudos Constitucionais; Walter Costa Porto, da UnB, e Ives Gandra da Silva Martins, da Universidade Mackenzie.

O Instituto Tancredo Neves, que promoveu, ano passado, um seminário sobre os partidos políticos no Brasil, visa, com a realização desse conclave, possibilitar a discussão, por diferentes segmentos da sociedade, de temas da maior relevância para a vida nacional.

## Bancadas vão exigir tudo sobre a crise

As bancadas do "centro-democrático" da Câmara deverão reunir-se, hoje, a partir das 9 horas, na sala da Comissão de Relações Exteriores, para exigir que o governo faça uma exposição sincera da crise econômica e das providências que vai tomar para resolvê-la.

A informação é do promotor do encontro, líder do PDS, Amaral Neto, que se elegeu fazendo campanha como "o único candidato de direita do Rio".

"Convidel todos os líderes do PFL, do PTB, do PDC, do PL e do PMDB e tive, agora, uma conversa com o Luiz Henrique. É que estamos em meio a uma grave crise social, gerada pela crise econômica. Disse, agora, ao líder do PMDB, Luiz Henrique, que sem base política não há soluções econômicas nem financeiras. Espero que esses partidos, reunidos, tomem a deliberação de pedir ao governo que diga de público, com sinceridade, da profundidade da crise e que informe ao povo que providências vai tomar." Ele teme o isolamento da Constituinte.

O líder do PFL, José Lourenço, confirmou a disposição de comparecer ao encontro. O do PMDB, Luiz Henrique, não. Informou à imprensa que está fazendo consultas a respeito.